



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório do Comité Executivo - Lisboa - 7 de junho de 2016

O Presidente Aurelio Bilbao agradeceu aos membros a sua presença e aos intérpretes pelo seu apoio durante esta reunião.

Foi expresso um profundo agradecimento ao Secretário de Estado das Pescas de Portugal, que disponibilizou ao CC Sul esta sala de reunião, bem como a L. Vicente (ADAPI), que facilitou esta disponibilização.

Por motivos de ordem logística acordou-se que se tentaria terminar mais cedo esta reunião, se o tratamento dos pontos da ordem do dia o permitisse.

A ordem do dia da reunião foi validada.

Os relatórios das duas reuniões inscritos no programa foram validados, com dois pedidos de alterações:

- No que diz respeito ao CR do Comité Executivo de Paris: será especificado que as intervenções de P. COMMERE tinham sido formuladas em nome da indústria transformadora e não em nome da AIPCE.
- No que diz respeito à reunião de Madrid: será aditada uma menção ao Relatório, para que figurem as intervenções das ONG ambientais em prol de um reforço da qualidade dos dados relacionados com a obrigação de desembarque

Atum-voador do Norte Ponto de informação e intercâmbios sobre a avaliação da unidade populacional e os trabalhos preparatórios da adoção de uma regra de exploração no quadro da ICCAT

JM Robert recordou que o atum-voador era uma das principais prioridades do CC Sul este ano e forneceu pormenores sobre o calendário de trabalho. Congratulou-se com a presença de H. Arrizabalaga (AZTI) neste quadro, a fim de dispor do melhor conhecimento dos recentes trabalhos científicos antes do arranque dos trabalhos e reflexão sobre a regra de exploração.

No tocante ao estado da unidade populacional, no início de maio realizaram-se trabalhos recentes na Madeira, cujos resultados se encontram disponíveis há pouco tempo.

Apoiando-se nos índices de abundância resultantes do acompanhamento de diferentes frotas, a biomassa desta unidade populacional encontra-se em vias de melhoria no período recente, apesar de a sua potência não poder ser quantificada com precisão. Regista-se igualmente uma redução da mortalidade por pesca. No entanto, há incertezas importantes, com questões que incidem, nomeadamente, sobre os valores de biomassa na ausência de pesca, que aparecem muito elevados. Segundo os trabalhos realizados este ano, a unidade populacional é explorada a um nível bastante menor do que o Fmsy





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

(50%) e a biomassa está estimada em 140% do Bmsy. Resumindo, a unidade populacional tem 97% de probabilidade de se encontrar na parte verde do diagrama Kobe, para uma produção máxima estimada em 37 000 kt.

Apesar de tudo, as análises realizadas mostram uma grande sensibilidade dos dados mais recentes, reforçando a incerteza. O grupo de trabalho ICCAT não pretendeu validar as modelizações a médio prazo realizadas com diferentes valores TAC fixos plurianuais. No entanto, estima-se que o nível do TAC atual respeitará o objetivo de gestão (probabilidade de 60% de constar no quadrante verde). Recomenda, além disso, que se evite qualquer aumento do TAC, ou que os eventuais aumentos sejam moderados e acompanhados de um controlo regular e preciso.

Quanto aos trabalhos preparatórios iniciados para a identificação dos pontos de referência candidatos para a definição da regra de exploração, os mesmos sugerem que se combine uma abordagem prudente com a menor evolução possível nas medidas de gestão. Por conseguinte, seria oportuno que a regra de exploração selecionada não conduza a uma variabilidade demasiado grande na definição das oportunidades de pesca.

Os debates foram muitos, ricos e variados. Várias questões incidiram sobre correta compreensão dos trabalhos realizados pelos cientistas. Verificou-se, assim, que as frotas selecionadas para contribuir para a estimativa da abundância eram as únicas para as quais os dados tinham uma qualidade suficientemente boa. Um reforço da cobertura melhoraria a qualidade do acompanhamento. Os diferentes países envolvidos nesta pescaria poderiam, assim, disponibilizar oportunamente novos dados, a fim de reforçar a precisão do diagnóstico científico. Foi especificado que a estimativa dos valores associados ao MSY devia-se à utilização do modelo de equilíbrio.

Do ponto de vista da gestão, os intercâmbios realçaram claramente que a adoção de uma regra de exploração poderia ser contrária a uma vontade de estabilidade recomendada pelos cientistas. Contudo, seria possível, e porventura desejável, combinar os pontos de referência definidos com mecanismos de limitação do TAC (variação anual limitada a 1 000 tn, a 5 000 tn, ou 15%).

H. Arrizabalaga recebeu um sincero agradecimento pela sua apresentação e apoio precioso.

Funcionamento do CC Sul

**Elementos financeiros:*

O secretário-geral indicou que o balanço realizado pelo auditor para o exercício anterior indicava um balanço positivo de 9 000 euros. Trata-se obviamente de um bom resultado, mas que deve ser relacionado com as várias rubricas de despesas não executadas no ano passado.

Para evitar situações similares no futuro, e em consonância com o Comité Executivo de setembro, o secretário-geral apresentou um balanço sucinto das principais rubricas de



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

receitas/despesas, substituindo-as numa situação mais global de funcionamento dos CC à escala europeia. Parece ser difícil que as subvenções públicas aumentem e apenas existem poucas rubricas nas quais seria possível poupar, a menos que se pretenda modificar determinados princípios históricos de funcionamento do CC Sul (tradução trilingue dos documentos, e o mesmo em relação à interpretação). Além disso, lembrou por várias vezes a enorme quantidade de rubricas que estavam sujeitas a incerteza, incluindo a subvenção máxima da DG MARE, aumentada recentemente. Neste contexto, indicou o quanto as cotizações dos membros constituíam um recurso precioso para um CC, porque não entram, designadamente, no método de cálculo da subvenção da Comissão.

O secretário-geral apresentou 3 opções para o aumento das cotizações, indicando que tudo se encontrava em aberto, e que em função da sua perceção em relação ao orçamento, uma subida que permitisse um aumento de 30% das receitas seria desejável e indubitavelmente suficiente. Foram apresentadas as três propostas que se seguem:

- Opção 1: cotização Assembleia Geral: 250 euros, Comité Executivo: 600 euros, Grupo de Trabalho: 100 euros
- Opção 2: cotização Assembleia Geral: 300 euros, Comité Executivo: 500 euros, Grupo de Trabalho: 75 euros
- Opção 3: cotização Assembleia Geral: 100 euros, Comité Executivo: 500 euros, Grupo de Trabalho: 150 euros.

Vários membros intervieram sobre este tema.

As ONG ambientais lamentaram veementemente o facto de não terem disposto de mais informações para tomar uma posição antes desta reunião. A Seas At Risk criticou em particular a organização desta reunião, com a OCEANA a pedir mais tempo para análise.

Contudo, vários outros membros intervieram para indicar o quanto na sua opinião os níveis de cotização do CC Sul eram atualmente modestos e que um aumento razoável poderia afigurar-se adequado, a fim de permitir manter ou reforçar o funcionamento do CC Sul, nas suas especificidades. Os membros expressaram vários pontos de vista e muitas outras posições sobre as diferentes opções. Vários membros indicaram igualmente que era necessário evitar um aumento, o que impediria a participação de estruturas cujas finanças são frágeis.

Os membros que adotaram essas posições receberam o agradecimento caloroso do secretário-geral pela sua confiança. Complementarmente, indicou que o Secretariado realizaria projeções com as opções selecionadas, a fim de fornecer uma melhor informação aos membros da Assembleia Geral. Em resposta a várias perguntas, o Secretariado explicou que a subvenção da DG MARE constituía uma contribuição para o funcionamento do CC Sul, que se apoia num montante máximo de intervenção (futuramente, 300 000 euros/ano), num total de despesas elegíveis, e com base numa percentagem de intervenção normalmente decidida no fim de janeiro no caso do CC Sul.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Por conseguinte, haverá sempre uma incerteza financeira em torno da subvenção da DG MARE, cujo montante final é calculado após o encerramento das contas.

No tocante às manifestações sobretudo expressadas pela Seas At Risk, os Membros foram convidados a pronunciar-se através de votação por braços erguidos no intuito de identificar a melhor opção a apresentar à Assembleia Geral:

- 17 membros manifestaram-se a favor da Opção 1
- 4 membros manifestaram-se a favor da Opção 2
- 0 membros manifestaram-se a favor da Opção 3

A Seas AT Risk pretendeu no final não votar por nenhum aumento das cotizações.

A opção 1 será submetida à Assembleia Geral, com uma estimativa dos custos e aumento realizado sob esta opção.

**Preparação da Assembleia Geral*

O Secretário-Geral recordou aos membros o ponto da situação, expressando claramente a sua ambição de ver a futura Assembleia Geral encontrar soluções, bem como expor o mínimo possível o CC Sul a qualquer risco de recurso jurídico. Por outro lado, especificou que a atual revisão dos Estatutos não poderá condicionar diretamente a conclusão do processo de nomeação.

Os membros foram convidados a comentar a nota redigida pelo Secretariado, destinada a esclarecer o desenrolar da próxima Assembleia Geral.

P. Melo criticou com veemência o conteúdo desta nota, recordando por várias vezes a legalidade do voto realizado o ano passado no que diz respeito aos dois últimos lugares do setor, mas também o quanto era necessário respeitar a opinião expressa por maioria pela Assembleia Geral, que é soberana para este tipo de decisão.

O secretário-geral recordou os elementos contextuais e os dados a analisar que permitiram aos membros, no passado mês de setembro, adotarem uma posição sobre um método para ultrapassar o problema de interpretação existente nos Estatutos em relação à nomeação de um representante no seio do Comité Executivo.

Concretamente, e segundo os elementos processuais associados ao direito francês, que se aplica exclusivamente, em caso de problema de interpretação, os juízes responsáveis por um eventual litígio procurariam a «intenção comum das partes» e o relatório da Assembleia Geral constitutiva de dezembro de 2006, que prevê a afetação de um lugar à indústria transformadora, teria valor de prova evidente.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Além disso, o Secretariado lembrou que os documentos transmitidos no quadro destes litígios tinham, tanto quanto possível, sido divulgados aos membros por correio eletrónico ou colocados na página Internet.

Vários membros intervieram para apoiar a iniciativa proposta pelo Secretariado e lembraram que «foi sempre previsto um lugar para a indústria transformadora». Por outro lado, parece que nenhuma outra solução permite resolver este litígio sem aumentar o risco jurídico contra o CC Sul.

Para concluir este ponto, o Presidente lembrou que o Comité Executivo já se tinha pronunciado sobre estas matérias e que, segundo ele, não era necessário voltar a falar das mesmas neste dia, na medida em que compete à Assembleia Geral solucionar estas contendas com base nos novos elementos comunicados. Outrossim, sublinhou, segundo ele, toda a importância e legalidade absoluta das decisões adotadas na AG, e o quanto as mesmas deveriam ser respeitadas, mas também modificadas se existirem motivos que o justifiquem.

Os membros que intervieram sobre este ponto confirmaram que a direção a seguir era efetivamente a de uma situação corretiva, o que implica que não será aceite qualquer nova candidatura antes de os litígios do anos passado estarem resolvidos.

No atinente ao outro litígio, relacionado com as estruturas mistas, todos os membros validaram o procedimento proposto, que assenta na solução formulada pela DG MARE.

**Evolução dos Estatutos:*

O Secretário -Geral apresentou o progresso dos trabalhos e a direção que orientou o essencial das modificações. A evolução dos Estatutos visou essencialmente a proteção jurídica dos acordos que foram adotados pelos órgãos de decisão do CC Sul e a redação dos Estatutos em vigor que suscitavam várias preocupações. Foram, portanto, simplificados e tornados mais legíveis para melhorar a sua compreensão. Também se procurou a harmonização das redações entre as diferentes línguas.

São, portanto, poucas as alterações a alcançar em termos de funcionamento.

Foi proposto e validado organizar uma consulta eletrónica dos membros da Assembleia Geral durante um período de 15 dias, assim que o Grupo de Trabalho tiver concluído os seus trabalhos.

** Organização das reuniões:*

- Reunião de meados de julho: No dia 19 de julho, à tarde, será organizada uma reunião, incidindo *a priori* sobre as possibilidades de pesca 2017 e sobre as medidas técnicas
- 20/07 em Bordéus, Assembleias Gerais





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

- Os grupos de trabalho técnicos do CC Sul serão organizados durante a primeira semana de outubro, nas Canárias. O Secretariado espera que sejam tornados possível financiamentos ou disponibilizações graças ao apoio dos seus membros locais.
- Em meados de novembro reunir-se-á um comité executivo, num local a determinar, tendo o cuidado de não se sobrepor às reuniões com outros CC.

P.Melo lamentou profundamente a data e o local escolhidos para a organização da Assembleia Geral, que coincide com o pico de atividade nos Açores.

O secretário-geral indicou que a AG do CC Sul era tradicionalmente organizada no início de julho, mas que a data efetiva era na prática definida pelas estruturas que disponibilizam a sua sala de reunião. Apesar de a opção de alteração do local/data ter sido rapidamente discutida, esta proposta foi validada.

Paralelamente à definição deste calendário, foi claramente indicado que estas propostas tinham origem no facto de trabalhar continuamente nas possibilidades de pesca 2017.

**Decisões financeiras não habituais:*

Os membros validaram os seguintes compromissos financeiros:

- Organização de um grupo de trabalho *ad hoc* para a sardinha ibérica em meados de julho, no Porto.
- Assunção financeira de M. Garmendia para o grupo de trabalho ICCAT sobre o atum-voador em meados de julho, no Japão.
- Grupo de trabalho Obrigação de Desembarque, financiado pelo saldo financeiro resultante do programa SIMBAD.

Por outro lado, não sendo a finalidade do estudo sobre a Pesca-Turismo partilhada por todas as partes, e num contexto difícil em termos financeiros, foi acordado que este tema será novamente abordado no quadro do grupo de trabalho Pescas Tradicionais.

Validação dos pareceres:

**Parecer 102 sobre a remoção das barbatanas de tubarões pelágicos a bordo dos navios*

O secretário-geral informou os membros que a Agência Europeia de Controlo não tinha podido responder favoravelmente ao pedido de um encontro informal sobre este tema. Contudo, no caso de a questão lhe ser diretamente enviada pela DG MARE, iria analisá-la muito atentamente. Assim, um parecer minoritário das ONG ambientais teve de ser



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

adicionado à versão apresentada em São Tiago de Compostela, bem como harmonizações redacionais entre as diferentes línguas.

O parecer apresentado foi validado por unanimidade.

**Parecer 103 sobre os pedidos científicos a fim de completar o futuro plano de gestão*

Os membros foram informados que não tinha sido enviada qualquer contribuição a este respeito ao Secretariado desde a reunião em São Tiago de Compostela.

O projeto apresentado não foi objeto de qualquer observação e foi adotado por unanimidade.

** Parecer 104 sobre a Obrigação de Desembarque e 2017*

O secretário-geral apresentou a sua proposta de parecer, elaborada com base na troca de pontos de vista aquando das reuniões de janeiro e abril. Apesar de ter manifestado que na sua opinião este parecer era sem dúvida demasiado político, pareceu-lhe inscrever-se no quadro específico dos debates deste ano, manifestado pela ausência de compreensão sobre o prosseguimento da implementação da Obrigação de Desembarque em 2017.

Em síntese, os representantes das 3 grandes famílias dos setores nacionais indicaram estar de acordo com o parecer apresentado e não terem objeções à elaboração de um parecer «político» na medida em que as questões suscitadas por esta matéria o eram.

A Seas At Risk indicou discordar absolutamente da direção deste documento e/ou que o mesmo deveria ser objeto de uma profunda modificação.

Mediante proposta do secretário-geral, e esperando que os intercâmbios técnicos permitam eliminar as preocupações e favorecer a redação de um parecer validado consensualmente, decidiu-se conceder um prazo de 5 dias antes de iniciar um processo de consulta eletrónica.

